

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- CONHECIMENTOS GERAIS --

Já dizia Machado de Assis que “De médico e louco todo mundo tem um pouco”. O ditado ficou famoso pelo livro **O Alienista**, de 1882, que faz um debate sobre a loucura. Uma frase parecida é da nordestina Nise da Silveira, grande admiradora do autor brasileiro: “Não se curem além da conta. Gente curada demais é gente chata. Todo mundo tem um pouco de loucura. Felizmente, eu nunca convivi com pessoas muito ajuizadas”.

Nise Magalhães da Silveira ajudou a escrever e revolucionar a história da psiquiatria no Brasil e no mundo. Nascida no ano de 1905 em Maceió – AL, ela ficou conhecida por humanizar o tratamento psiquiátrico e era contrária às formas de tratamento agressivas usadas em sua época, como o eletrochoque.

Inspirada em Carl Jung, um dos pais da psiquiatria, Nise foi uma das primeiras mulheres a se formar em medicina no Brasil. Em meados de 1940, ela foi pioneira na terapia ocupacional, método que utiliza atividades recreativas no tratamento de distúrbios psíquicos. A alagoana se destacou por usar a arte como uma forma de expressão e de dar voz aos conflitos internos vivenciados principalmente pelos esquizofrênicos.

Em 1956, Nise fundou a Casa das Palmeiras, um passo na direção da luta contra os hospícios, que chegaria a seu ápice com a Lei Antimanicomial, de 2001. A partir do esforço da psiquiatra e de seus pacientes, foi criado o Museu do Inconsciente, aberto até hoje no Rio de Janeiro junto ao Instituto Municipal Nise da Silveira, atual nome do Centro Psiquiátrico de Engenho de Dentro, onde a médica construiu seu projeto.

Internet: <www.brasildefato.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens subsequentes.

- 1 O texto informa que o eletrochoque, forma agressiva de tratamento psiquiátrico, deixou de ser usado no Brasil em razão do trabalho de Nise da Silveira.
- 2 Depreende-se do texto que a Lei Antimanicomial pode ser considerada um desdobramento do trabalho de Nise da Silveira na área da psiquiatria.
- 3 O texto informa que Machado de Assis e Carl Jung inspiraram o trabalho de Nise da Silveira na psiquiatria.
- 4 O trecho “grande admiradora do autor brasileiro” (primeiro parágrafo) introduz no texto uma explicação sobre Nise da Silveira.
- 5 Na oração ‘Não se curem além da conta’ (primeiro parágrafo), o emprego da forma pronominal ‘se’ anteposto à forma verbal é facultativo, de modo que seu deslocamento para logo depois da forma verbal ‘curem’ preservaria a correção gramatical do texto.
- 6 É obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às” em “era contrária às formas agressivas usadas em sua época” (segundo parágrafo).

- 7 A palavra “pioneira” (segundo período do terceiro parágrafo) foi empregada no texto com o mesmo sentido de **criadora**.
- 8 Mantendo-se o sentido do texto e as relações originais entre os termos e as orações, o último período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma: A alagoana se destacou por usar a arte como uma forma de expressão e por dar voz aos conflitos internos vivenciados, principalmente pelos esquizofrênicos.
- 9 No primeiro período do último parágrafo, o termo “que” retoma “hospícios”.
- 10 O emprego de vírgula imediatamente após “Rio de Janeiro” (último período do último parágrafo) manteria a correção gramatical e a coerência do texto.

Muitos meses atrás, a pandemia era encarada com outros olhos. A ideia de que a quarentena duraria quarenta dias, ou ao fato de os peixes terem voltado a nadar nos canais de Veneza, somava-se uma preocupação com a autoimagem: havia quem brincava, em grupos de redes sociais, por exemplo, que estava engordando, porque a única “distração” em casa era comer.

Mas essa ideia, além de reforçar um discurso gordofóbico, ignora que muita gente não tinha nem um prato de arroz e feijão disponível. O relatório **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**, publicado em abril deste ano, demonstra que houve uma redução geral da disponibilidade de alimentos nos domicílios em situação de insegurança alimentar, inclusive dos considerados não saudáveis.

Há alguns meses, estamos ouvindo especialistas e conversando com trabalhadores para entender o que sobra no prato das famílias em situação de vulnerabilidade social em tempos de covid-19. Um grupo de pesquisadores da Freie Universität Berlin (FU Berlin) trouxe a resposta que não queríamos ter: o consumo de alimentos saudáveis diminuiu em 85% nos domicílios em situação de insegurança alimentar durante a pandemia.

A maior redução encontrada pelo estudo foi das carnes, em 44% dos domicílios, seguida de frutas (40,8%), queijos (40,4%) e hortaliças e legumes (36,8%). De acordo com a pesquisa, os ovos podem ter sido substitutos da carne, com o maior aumento entre os alimentos da categoria, em quase 19%.

Os autores da pesquisa destacam que, no período entre agosto e dezembro de 2020, quase 60% dos domicílios entrevistados estavam em algum nível de insegurança alimentar — isto é, quando a qualidade dos alimentos é inadequada ou a oferta é insuficiente. Desses, 15% estavam em situação de insegurança alimentar grave.

Internet: <ojoioeotrigo.com.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens a seguir.

- 11 O relatório mencionado no segundo parágrafo do texto comprova que o atual momento de pandemia agravou a situação de insegurança alimentar da população em todo o mundo.
- 12 O texto faz uma crítica à brincadeira mencionada no primeiro parágrafo.

- 13 O texto informa que, com a pandemia, diminuiu o consumo tanto de alimentos saudáveis quanto de alimentos não saudáveis.
- 14 No trecho “havia quem brincava” (primeiro parágrafo), a substituição de “brincava” por **brincasse** manteria a correção gramatical e a coerência do texto.
- 15 No final do primeiro parágrafo, a substituição de “porque” por **já que** manteria a correção gramatical e o sentido do texto.
- 16 O uso das vírgulas que isolam a oração “além de reforçar um discurso gordofóbico” (segundo parágrafo) é facultativo.
- 17 No primeiro período do terceiro parágrafo, a substituição da forma verbal “Há” por **Fazem** prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 18 No último período do terceiro parágrafo, a oração “o consumo de alimentos saudáveis diminuiu em 85% nos domicílios em situação de insegurança alimentar durante a pandemia” funciona como complemento do verbo “ter”.

Com relação às vedações estabelecidas no Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas (Lei estadual n.º 6.754/2006), julgue os itens a seguir.

- 19 É vedado ao servidor público o uso de cargo, emprego ou função, bem como facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- 20 É vedado aos servidores públicos retirarem da repartição pública, independentemente de autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público estatal.
- 21 É vedado ao servidor público solicitar ou sugerir qualquer ajuda financeira para o cumprimento da sua missão, entretanto se admite que ele receba gratificações ou doações voluntárias para esse mesmo fim.
- 22 Ao servidor público é vedado se apresentar embriagado no serviço ou fora dele.

Acerca da conduta a ser seguida pelos servidores públicos do estado de Alagoas, julgue os itens seguintes, de acordo com o Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas.

- 23 O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta; assim, não terá que decidir apenas entre o legal e o ilegal, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, o justo e o injusto, mas, principalmente, entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas na Constituição Federal de 1988.
- 24 A função pública integra-se à vida particular de cada servidor público, de maneira que fatos e atos verificados em sua vida privada poderão influenciar o seu bom conceito na vida funcional.
- 25 Causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, constitui uma ofensa apenas ao estado de Alagoas, cabendo ao servidor reparar o dano integralmente.
- 26 A conduta de servidor público tratar mal uma pessoa que paga seus próprios tributos direta ou indiretamente não basta para configurar dano moral.

A respeito das comissões de ética nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo do estado de Alagoas, julgue os itens que se seguem, com base na Lei estadual n.º 6.754/2006.

- 27 O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas será instaurado mediante denúncia fundamentada, formulada por autoridade, servidor público, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas, sendo vedada a sua instauração de ofício.
- 28 Tais comissões serão criadas por instrução normativa do respectivo secretário de estado ou do dirigente máximo da entidade ou do Poder Executivo estadual.
- 29 As comissões de ética devem ser integradas por três servidores públicos efetivos e respectivos suplentes, sendo encarregadas de orientar e aconselhar sobre a ética funcional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio estadual, competindo-lhe conhecer concretamente de atos suscetíveis de advertência ou censura ética.
- 30 Incumbe à comissão de ética fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira os registros sobre a conduta ética dos servidores públicos, a fim de instruir e fundamentar promoções, bem como para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

Com base na Constituição do Estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

- 31 A Constituição do Estado de Alagoas determina que o descanso semanal remunerado do servidor público civil seja necessariamente aos domingos.
- 32 A proteção à maternidade, especialmente à gestante, é expressamente prevista como diretriz do Sistema Único de Saúde na Constituição do Estado de Alagoas.
- 33 A depender do número de municípios participantes, 1% do eleitorado estadual pode propor projeto de lei à Assembleia Legislativa, inclusive proposta de emenda à Constituição do Estado de Alagoas.

Considerando o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais, julgue os itens seguintes.

- 34 Para o provimento de cargos públicos no estado de Alagoas, a posse ocorre nos casos de nomeação e reintegração, mas não nos casos de ascensão.
- 35 Servidor público civil que estiver em estágio probatório não poderá entrar em licença para o trato de assuntos particulares, mas poderá gozar de licença para atividade política, caso se candidate a cargo eletivo.
- 36 A capacidade de iniciativa é objeto de avaliação de desempenho do servidor público civil durante o estágio probatório.
- 37 Servidor público do estado de Alagoas que tiver sido demitido por decisão administrativa, mas que conseguir, judicialmente, tornar inválida a sua demissão, deverá ser reconduzido ao cargo que ocupava ou, caso este tenha sido extinto, a outro de mesmo nível hierárquico.
- 38 Servidor público civil que receba indenização, gratificação e adicionais terá somente essas duas últimas vantagens incorporadas ao seu vencimento.

---

Considerando os aspectos sociais da saúde pública previstos no ordenamento legal brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

- 39 O conselheiro de saúde, em âmbito municipal, estadual, distrital ou nacional, tem estabilidade no emprego durante o seu mandato, caso seja contratado para tal cargo nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 40 Um quarto das vagas nos conselhos de saúde devem ser reservadas a entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde.
- 41 É vedada a participação de vereadores em conselho municipal de saúde.
- 42 O Sistema Nacional de Auditoria (SNA) do Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema de órgãos de controle social do qual participam apenas membros da sociedade civil e usuários do SUS.
- 43 Os usuários devem representar metade dos representantes nos conselhos de saúde.
- 44 O conselho de saúde pode promover auditorias internas sobre as contas do gestor do SUS em fluxo regular, sem necessidade de justificativa.

---

A respeito da evolução legal, histórica e social da organização do sistema de saúde no Brasil e do SUS, julgue os itens a seguir.

- 45 Antes mesmo da criação do SUS, já existia um sistema nacional eletrônico e integrado de informações epidemiológicas.
- 46 A população carente era absolutamente desassistida em suas demandas de saúde antes da criação do SUS.
- 47 Antes da criação do SUS, cabia aos municípios manter, especialmente, serviços de pronto-socorro.
- 48 A atividade física e o lazer são reconhecidos pela legislação em vigor como fatores determinantes e condicionantes da saúde.
- 49 Ações de assistência farmacêutica se incluem expressamente no campo de atuação do SUS.
- 50 A proteção do ambiente de trabalho é atribuição exclusiva da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, cabendo colaboração do SUS apenas se a sua ajuda for solicitada.

---

**Espaço livre**

---